
Cidade, Memórias e Identidades: Boa Vista e Memorialistas (1970/1980)

Raimundo Nonato Gomes dos Santos¹

Resumo: Atento a observações de teóricos da memória, este texto emprega metodologicamente os conceitos de “memória” e “identidade” procurando revelar a dinâmica da construção das memórias fundantes da cidade de Boa Vista e suas implicações nas relações de poder. Ressalta que os relatos históricos, independente da boa intenção de seu autor, dependendo das memórias viabilizadas, podem legalizar as posições tanto dos sujeitos que compõem a elite dos grupos sociais quanto dos indivíduos menos favorecidos e, até mesmo, reforçar as condições de exploração destes últimos. Faz esta reflexão tomando como fonte de análise os relatos de Antônio Ferreira de Souza e de Dorval de Magalhães, ambos memorialistas e autores das duas primeiras obras produzidas pelos moradores de Boa Vista sobre a história de Roraima e, conseqüentemente, dessa cidade: “Roraima fatos e lendas” e “Roraima: informações históricas” respectivamente, obras produzidas entre as décadas de 1970 e 1980.

Palavras-Chave: Boa Vista. Memória. Relações de Poder.

City, Memories and Identities: Boa Vista and Memorialists (1970/1980)

Abstract: Focus on observations of theoreticians of the memory, this text methodologically employs the concepts of “memory” and “identity” seeks to reveal the dynamics of the construction of the foundational memories of the city of Boa Vista and its implications in power relations. It points out that the historical accounts, regardless of the good intentions of its author, depending on feasible memories can legalize the positions of both of the subjects that make up the elite of social groups as the most disadvantaged individuals and even strengthening the conditions of exploitation of the latter. Does this reflection taking as source the Antonio Ferreira reports of Souza and Dorval de Magalhães, both memoir writers and authors of the first two works produced by residents of Boa Vista on the history of Roraima and consequently this city: “Roraima facts and legends” and “Roraima: historical information” respectively, works produced between the 1970s and 1980s.

Keywords: Boa Vista. Identity. Memory. Power relations.

¹ Licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Curso de História da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Email: rmonatog@uol.com.br.

Introdução

As possibilidades parecem infinitas ou, pelo menos, suficientemente numerosas para terem um efeito paralisante. Pois, como pode alguém colocar no papel “a verdadeira ideia de uma cidade”.

Robert Darnton

A partir dos relatos de memorialistas, este texto busca apresentar quadros de memórias que apontam para a configuração de identidades (CANDAU, 2011, p. 9)² políticas e revelam a dinâmica dessas construções. Tendo como espaço de referência a cidade de Boa Vista, procura-se “marcos ou pontos relativamente invariantes” nos discursos registrados na documentação selecionada, entendendo que critérios como “acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos.” (POLLACK, 1992, p. 201-202).

Entendida enquanto “uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo”, a memória é vista aqui mais como “um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele”. (CANDAU, 2011, p. 9) Trata-se, portanto, de uma:

[...] operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis (POLLACK, 1988, p. 9).

Nessa perspectiva, este trabalho busca, nas fontes analisadas, referências ao passado que permitam compor quadros sociais de memórias, entendendo que “A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada”, o que resume “a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra

2 “Identidade” tomada aqui enquanto “[...] uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o *Outro*”, em oposição às “concepções ‘objetivistas’, ‘reificadoras’, ‘primordialistas’, ‘substancialistas’, ‘essencialistas’, ‘originárias’, ‘fixistas’ etc. de identidade [...]” (CANDAU, 2011, p. 9).

para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAUI, 2011, p. 16) e, enfim, revelar o sentido da vida na construção de identidades coletivas.

Voltando-se para a história de Roraima, depois de receberem a notícia da presença dos espanhóis na região do rio Branco, a ocupação efetiva desse espaço “tornou-se uma questão central para os portugueses. A tropa de guerra enviada ao Branco para combater os espanhóis levava não só a ordem de expulsá-los, mas também de iniciar a construção de uma fortaleza e o aldeamento de índios na região” (FARAGE, 1991, p.123).

Colocado em prática esse projeto - a construção da fortaleza militar e os aldeamentos indígenas como mecanismos de fixação e colonização da região do rio Branco, pelos portugueses, em 1775 -, na segunda metade do século seguinte, o Forte de São Joaquim entraria em decadência “e dos povoados antigos, só o de **N. Sra. do Carmo**, com o nome de **Boa Vista**, permanece sobrevivendo” (FREITAS, 1997, p. 105).

Passado à sede da Freguesia do Carmo em 1858, e à condição de vila em julho de 1890, esse povoado foi visitado em 1917 por Luciano Pereira, então jurista e ex-deputado federal pelo Amazonas, que na ocasião comentou:

Boa Vista, de longe, parece ser muito maior do que realmente é. Situada à margem direita do rio Branco, em uma posição dominante, apresentando casas bem construídas de pedra de cal, cobertas de telhas e garridamente pintadas a cores, impressiona o viajante de modo muito favorável. [...]. As ruas da vila são largas como boulevards e não obstante a falta de calçamento, são limpas e secas, mesmo na estação invernososa (PEREIRA, 1917, p. 18).

Pelo fato de ter muitas ruas e uma grande área construída, o visitante se surpreendeu ao saber que a vila só contava com 49 casas, mas ele mesmo justificava esse fato “pela enorme distância em que os prédios ficam uns dos outros, havendo ruas em que não chegam a meia dúzia”. E, contabilizando as habitações, estimava a população: “Calculando-se para cada prédio da vila, a média de dez habitantes, a sua população não chega a 500 almas.” (PEREIRA, 1917, p. 18). Observava ainda que só há poucos anos a vila tinha uma farmácia; a igreja estava em ruínas; não havia nenhum serviço municipal organizado, embora o município dispusesse de um orçamento anual não inferior a R\$ 50.000.000. Baseado nisto, concluía que a vila poderia ter pelo menos água encanada e iluminação pública. (PEREIRA, 1917, p. 19).

Em expedição científica entre os anos de 1924 e 1925, o norte-americano Hamilton Rice disse que, na região, “Boa Vista é o único agrupamento [...] que tem a honra de ser

chamado ‘vila’”. Ressaltava que era composto de 164 casas, com uma população de 1.200 almas, acrescentando que:

Alguns desses edifícios são de tijolos: a igreja, a intendência, algumas casas de moradia, o armazém; a maioria, porém, é de reboco pau-a-pique. A população se compõe de portugueses, brasileiros, mestiços, índios e alguns negros vindos das Índias Ocidentais pela Guiana Inglesa [...] (RICE, 1978, p. 25).

Entre as impressões que o romancista inglês Evelyn Waugh recebeu, de terceiros, acerca de Boa Vista, em sua permanência na ex-Guiana Inglesa, e as que ele próprio sentiu ao chegar à cidade, em 1934, encontram-se aspectos bastante contraditórios. De um lado, entre as informações que colheu sobre a cidade, foi informado de que se tratava de um centro de amplo abastecimento e de fascinante atração. Falaram-lhe de seu aspecto moderno e de luxo: luz elétrica, cafés, belos edifícios, mulheres, política e assassinatos. Falaram ainda de velozes barcos a motor que transitavam constantemente entre Manaus e Boa Vista.

De outro lado, diante da decepção que confessou sentir ao avistá-la, pois era “uma confusão de casas em ruínas” negou-se a acreditar que fosse Boa Vista. Não havia um hotel na cidade. Relatava que, ao subir o barranco do rio, já se encontrava na rua central, que era larga, com piso de barro ressecado e desnivelado, com grandes fendas por toda parte. As casas, caiadas, cobertas de telhas, de um só andar. Em suas portas, observava ele, havia pessoas sentadas, crianças nuas corriam de um lado para o outro da rua, fios soltos mostravam que em algum momento houvera linha elétrica. Falou que, para além da rua principal, no caso a Bento Brasil, havia duas estradas paralelas menos importantes, cortadas em ângulo reto por quatro outras ruas. Ele acrescentava que, em todas as direções, depois de uns 400 metros, transformavam-se em caminhos; entretanto, todas eram chamadas de avenidas e tinham nome de políticos locais. Comentava ainda que seu projeto era ambiciosamente vasto, em forma circular (CHIRONE, 1986, p. 15-20).

Ao chegar à cidade, em junho de 1944, para governar o recém-criado Território Federal do Rio Branco, entre as observações de Ene Garcez estava o fato de que “Boa Vista tinha 5.000 habitantes, três ruas paralelas ao rio Branco, algumas casas de alvenaria e, a quase totalidade, de taipa coberta de palha” (FREITAS, 1993, p. 32). O governo foi instalado na Prelazia, pois “era o único prédio digno e capaz de servir para sede do governo”. Em suas hesitações, “pensava: vou governar o quê? Não existia nada. Nenhum funcionário, nada”. Observava que na região do rio Branco “tudo está por fazer: não há saúde, não há produção

local organizada, não há sequer iniciativas, quer particulares, quer estatais visando a melhoria da terra e de seus habitantes desamparados” (FREITAS, 1993, p. 37-38).

Desembarcando em uma quarta-feira de março de 1953, ainda no avião, Laucides de Oliveira, com apenas 21 anos de idade, figura que ganharia expressão da imprensa local, apreensivo observava: “Aí está Boa Vista! Do alto, mal parece uma cidade. Muito menos uma capital” (OLIVEIRA, 2009, p. 5). Continuando, notava:

[...] dá para ver que a cidade é pequena e deve ser bem pobre, contrariando a minha expectativa de ver uma cidade pequena, parecida com aquelas que eu conhecia no interior de Minas e Estado do Rio, antigas, de ruas calçadas a paralelepípedo ou mesmo sem pavimentação, mas piçarradas, arrumadinhas, com uma pequena praça, jardim e um coreto, coisa assim. Que esperança! (OLIVEIRA, 2009, p. 7).

Boa Vista não era igual às pequenas cidades já conhecidas, pois dava “para ver umas poucas casas e umas poucas ruas, na maioria curtas, de terra batida, algumas tortuosas, à beira do rio, largo, bonito, cheio de praias, mas quase seco. A cidade, outro desencanto”, para quem embarcara no Rio de Janeiro decidido a viver nela.

Observava que o aeroporto era dentro da cidade e, incrédulo, que a pista de pouso era de terra batida, branca, cruzava “um dos seus lados, obliquamente para o centro, misturada com as ruas”. A estação de passageiros era uma casa modesta, na qual um vão aberto separava dois cômodos do prédio, possivelmente um escritório e uma sala de rádio. “Ali, a cidade inteira parece se comprimir, enquanto aguarda a chegada do avião” (OLIVEIRA, 2009, p. 15). E, só na pensão em que foi acomodado, ficou sabendo que não havia água encanada e que a luz só chegava à noite, depois das seis horas, e apagava às dez.

Entretanto, com a criação do Território Federal, em 1943, não havendo na região outra cidade com condições melhores, Boa Vista se tornou sua capital, evento que pareceu abrir as portas para uma nova fase de sua história. A partir de então, entrou numa nova etapa de sua existência, que ganhou força com o período militar, a partir de 1964, quando se acelerou seu processo de urbanização.

Como se pode observar, trata-se de visões fragmentadas, e até contraditórias, mas que possibilitam perceber, ainda que de forma vaga, o processo pelo qual passou a cidade de Boa Vista até meados do século XX.

Pensando o passado da cidade de Boa Vista e observando as memórias produzidas sobre este espaço, percebe-se que as décadas de 1970/80 foram significativas, tanto para o processo histórico de Roraima como para sua historiografia. Por um lado, no que diz respeito

ao primeiro ponto, viviam-se os desfechos da abertura da BR-174, que hoje liga por terra Boa Vista a Manaus. Nesse sentido, publicava o jornal que “A aproximação célere da ligação a Manaus, pela rodovia, [...] provocará incontrolável invasão de terras, desde que o governo não tenha previamente se preparado para o grande evento da comunicação pela estrada” (JORNAL BOA VISTA, 27 jul. 1974, p. 4). Por outro lado, viviam-se inquietações levadas a efeito pelas manifestações políticas em favor da mudança de Território Federal de Roraima para Estado de Roraima, consolidado com a Constituição de 1988; a descoberta de grandes garimpos de ouro, o que acarretou um intenso processo migratório para a região e, em parte se opondo a este, as manifestações ecológicas e o movimento indígena que se consolidava no Estado.

Quanto ao segundo ponto, a historiografia roraimense nessas décadas parecia despertar o interesse dos memorialistas locais para o registro do passado. Surgiram duas publicações sobre a história de Roraima, em que a pecuária aparecia como natural nas atividades exercidas pelo ser humano na localidade, por sinal, mito fundador de Boa Vista, capital e principal cidade do Estado.

Os registros sobre a história de Roraima nesse período nos conduzem à sua elite intelectual, uma vez que em 1979 era publicado o livro *Roraima em revista*, editado anos mais tarde com o título *Roraima fatos e lendas*, de Antônio Ferreira de Souza, professor de História, funcionário público, cearense fixado em Boa Vista e roraimense de coração, que teve seu trabalho como vencedor de um concurso de monografia sobre o Território Federal de Roraima, realizado em 1979.

Em 1986 era publicado um segundo trabalho, *Roraima: informações históricas*, de Dorval de Magalhães, roraimense, descendente de família de “pioneiros” na região. Foi, ao longo de sua trajetória de vida, agrônomo, funcionário público, executivo, professor, escritor, poeta e membro da Academia Roraimense de Letras. Ambas as obras carregavam consigo a pretensão de uso como manual escolar ou, no mínimo, de funcionar como material didático sobre a história e a geografia local, portanto, destinadas a uma função privilegiada na construção e preservação de memórias.

O trabalho “Roraima em revista” ou “Roraima fatos e lendas” de Souza tinha como foco central o Território Federal de Roraima, uma unidade territorial da federação brasileira, uma pequena parcela da considerada sociedade nacional e uma entidade política. Acredita-se

que é esse ente político enquanto objeto central do trabalho que, acima de tudo, dá veracidade ao texto não só de Souza, de Magalhães e de outros memorialistas locais como também de vários pensadores acadêmicos, pois é falando do sujeito político – nesse caso, “Roraima” – que suas narrativas ganham sentido.

Nos capítulos iniciais de sua obra, Souza “desenha” o objeto, trabalha seu corpo físico mostrando suas características, ressaltando a sua dimensão em quilômetros, seu tamanho em comparação com outros estados da federação brasileira, sua posição geográfica, sua divisão administrativa e política, sua denominação, seus limites, sua economia, sua fauna e a flora. Essas temáticas iniciais do livro tornavam visível o objeto da pesquisa, Roraima, sujeito descrito que, acima de tudo, dava sentido à história narrada pelo autor. Era a instituição política – Território Federal de Roraima – o centro dos argumentos que se processavam na obra e que, ao se apresentar semelhante ao “sujeito do Iluminismo”: “indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação”, qualidades que surgiam com o seu nascimento (HALL, 2005, p. 10-11), deixava o conjunto dos indivíduos que a produziram em segundo plano.

Dado o sujeito, a partir daí podia-se pensar a sua história, o que quase sempre começa com a origem. Nesse ponto, acredita-se que Souza tem o mérito de iniciar, de forma mais bem elaborada, a construção de uma memória da pecuária como mito fundante dessa região. Dessa maneira, assim como as características biológicas no indivíduo, os “Campos gerais”, título de um capítulo do livro, além de embelezar “a terra com uma paisagem verde”, eram descritos como, “sem preparo nem trabalho algum, próprios para a criação de gado bovino, caprino e ovino [...]” (SOUZA, 1979, p. 9), pois:

Nessa planura, numa altitude quase uniforme, entre os 140 a 160 metros, excetuando a parte mais ao norte, já no sopé das montanhas, como já dissemos, a cobertura vegetal é uma gramínea que, em volta dos lagos e dos buritizais, ou na periferia dos igapós, representa a alimentação preferida pelo gado que aí se encontra desde o Século XVIII (SOUZA, 1979, p. 9)

Percebe-se, na citação, que a harmonia entre bois e vegetação era inteiramente natural, de modo que os próprios animais denunciavam os propósitos da natureza, gado e pasto do lavrado eram feitos um para o outro. Tomado nessa perspectiva, pode-se perceber o quanto um relato simples, dependendo do contexto, pode encerrar verdades tão concretas – talvez o próprio autor não se dê conta da dimensão de sua construção. No exato momento em que essa afirmativa era declarada e aceita, colocava no esquecimento todas as construções

anteriores sobre esse espaço. E, como se sabe, os heróis da mitologia indígena ainda rondam assombrando os “brancos” na região e, por sinal, forçando a retirada de fazendeiros de algumas áreas, demarcando-as enquanto terras indígenas agora no século XXI.

Pensando os processos que têm por objetivo formar identidades, mais especificamente no que diz respeito à memória nacional, Tomaz da Silva destaca os essencialismos culturais, apontando, entre outros, o apelo aos mitos fundantes, argumentando que “é necessário criar laços imaginários que permitam ‘ligar’ pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum ‘sentimento’ de terem qualquer coisa em comum” (SILVA, 2007, p. 85).

Quanto aos pontos de amarração das memórias ligadas à pecuária ou “pontos relativamente invariantes”, na perspectiva de Pollak, Souza, depois de relacionar alguns visitantes “ilustres” na região, observava que:

A todas essas figuras de conquistadores, aventureiros, missionários, sertanistas e preadores de índios, dos Séculos XVII e XVIII, avanteja-se a do Cel. Manuel da Gama Lôbo d’Amada. Porque, além de ter sido Governador da Capitania de São José do Rio Negro e do Rio Branco, muito mais se distinguiu estudando a geografia física, a fauna e a flora da bacia do rio Branco, [...]. É que Lôbo d’Almada anteviu na beleza do manto verde configurado pelos lavrados e savanas rio-branquenses, as possibilidades de uma colonização, baseada nas atividades pastoris (SOUZA, 1979, p. 17).

Acrescentava ainda que: “A era almadina [...] resultou do seu patriotismo, da sua inteireza de caráter, da sua clarividência, da sua intimidade com os problemas da terra [...]” e da sua aproximação com o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira “gênio científico”, “no campo da botânica, da zoologia, da etnografia, da medicina, da agricultura” (SOUZA, 1979, p. 18).

Nessas citações, Manuel da Gama Lobo d’Almada, militar português que chegou à Amazônia em 1769 e governou a capitania de São José do Rio Negro entre 1787 e 1799, considerado o introdutor da criação de gados bovino e equino no vale do rio Branco, aparecia como um estudioso da geografia física, da fauna, da flora, da cartografia e como um homem de visão econômica, fundamentado, acima de tudo, em experiências objetivas e conclusões abalizadas do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, que havia empreendido viagem à região a serviço da Coroa Portuguesa, enviado por D. Maria I.

Dessa forma, por mais que a natureza denunciasse a objetividade das coisas, foi necessária a voz de especialistas para torná-la realmente verdadeira e aceita. Por um lado, isso

punha em evidência uma das principais características do mundo moderno e trazia para o centro das operações a figura do técnico, do intelectual.

Por outro lado, o autor abria senda para outro encaminhamento ainda mais complexo da questão. As matrizes de uma identidade que parecia ter origem regional e estar atrelada especificamente à elite local da segunda metade do século XX tomaram uma dimensão histórica muito mais abrangente, ao colocar na sua construção engenheiros de um tempo bem mais distante. Nesta perspectiva, ganhavam centralidade pessoas que participaram diretamente do processo de colonização do mundo pelos europeus. Uma vez que Lobo d'Almada, e Alexandre Rodrigues Ferreira eram colocados em destaque como os agentes idealizadores, fomentadores e executores das atividades que deram origem às memórias do vale do rio Branco.

Quanto a este passado mais distante, o segundo autor, Dorval de Magalhães lembrava as primeiras visitas feitas pelos portugueses, afirmando que estavam ligadas à busca de “drogas do sertão”, captura de nativos e catequese de indígenas, observando que os portugueses só se interessaram em ocupar de forma definitiva a região quando souberam da presença de espanhóis: “Esse episódio serviu [...] para que o General João Pereira Caldas, governador do Grão-Pará, tomasse as providências para fortificar e povoar a região [...]. Vem dessa época a preocupação de povoar a região com gado bovino” (MAGALHÃES, 1986, p. 18).

No que dizia respeito à decisão de implantar o gado nos campos do rio Branco, citando Arthur César Ferreira Reis, relatava que Pereira Caldas, nos desvelos que lhe assinalaram a passagem pelo território amazonense, tinha projetado a introdução dos gados no vale prodigioso. Obrigações de vária natureza lhe haviam impedido a execução do propósito. O problema permanecia sem solução (MAGALHÃES, 1986). Foi nesse ínterim que apareceu a figura de Lobo d'Almada:

Explorando o vale do rio Branco, por ordem do Governo, em 1787, Lobo D'Almada percebera o valor daquelas campinas verdejantes que se estendem até os contrafortes guianos. Aliás, o próprio Pereira Caldas, nas instruções com que o despachara àquela missão, lhe chamava a atenção para elas, mostrando a conveniência do estabelecimento de fazendas de criação (MAGALHÃES, 1986, p. 18).

E, por força das circunstâncias:

Lobo D'Almada, em visão de estadista, deu então o passo econômico. Mandou adquirir novilhas e vacas em Moura e Carvoeiro, pagas à sua custa as despesas de transporte e fundou à margem direita do rio Branco, a fazenda

de São Bento com dezenove exemplares, a que juntou, 1793, as tomadas aos espanhóis em Tefé, quando dali os expulsou (MAGALHÃES, 1986, p. 18-19).

Portanto, como o próprio autor afirmava, no que diz respeito a Lobo d'Almada, “a introdução do gado no vale do rio Branco” foi o que ficou “para eternizar-lhe o nome”. Reconfigurada assim, na visão desse autor, a divisão dos méritos pela ocupação dos campos do rio Branco entre os estadistas do passado, cabe notar que nos escritos dos dois autores em discussão o gado mantinha a centralidade nas memórias do processo de colonização da localidade. Apesar disso, para Magalhães essa atividade estava associada aos militares, uma vez que, conforme seus relatos, o forte de São Joaquim e o gado surgiram juntos na região.

Pode-se observar nesses relatos que:

Essas aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um “suplemento” aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam (CERTEAU, 1994, p. 200).

Dessa forma, além de desenharem o lugar, os relatos davam todas as características necessárias à sobrevivência nesse espaço, já colocando de antemão o que se podia e seria natural fazer ali, de maneira que parecia não haver alternativa a não ser seguir suas determinações. Contudo, dos discursos supracitados ficava excluída uma etapa do processo de colonização dos campos roraimenses, referente ao esforço em aldear os povos indígenas, experiência iniciada junto com a construção do Forte São Joaquim, em 1775, e que resultou em fracasso em 1790, com a rebelião dos nativos, dando fim à primeira tentativa de ocupação efetiva do espaço pelos portugueses.

Tomando como referência os marcos relativamente invariantes sugeridos por Pollak para pensar as memórias relatadas, pode-se constatar como “lugar” os campos dos lavrados roraimenses; como “acontecimentos”, a instalação dos portugueses e a introdução do gado bovino na região do rio Branco; e como “personagens” Lobo d'Almada, Alexandre Rodrigues Ferreira e João Pereira Caldas, personagens da história colonial brasileira que foram apresentados como coronel, doutor e general, respectivamente. Nesses três pontos, foi fixada a origem das memórias que passaram a contribuir para a construção da identidade local, pois o processo desencadeado por esse conjunto abriu espaço nos relatos dos autores para o surgimento de outras figuras que se tornariam expressivas em fase posterior da história da

região, uma vez que para o Forte vieram pessoas como: Frei José dos Inocentes (capelão do Forte), Major Carlos Batista Mardel, Capitão Inácio Lopes de Magalhães (fundador da fazenda no local em que se originou a cidade de Boa Vista), Capitão Bento Brasil, Sargento João Capistrano da Silva Mota.

Pode-se perceber que, ao contrário da proposta de Tomaz da Silva, esses pontos de apoio das memórias examinadas foram apresentados para a sociedade local como algo natural, definido de forma simples, em convívio harmonioso, sem hierarquias e sem disputas (SILVA, 2007, p. 81), deixando transparecer seu essencialismo cultural.

É entre essas memórias que surge a cidade de Boa Vista, presa a este mesmo contexto histórico, ou seja, às memórias do vale do rio Branco, uma vez que aparece como uma extensão destas, pois:

Quase tudo aqui em Roraima gira em função da indústria pastoril. A pecuária foi o primeiro chamariz para a colonização das campinas roraimenses. O boi vem sendo o maior sustentáculo da economia regional. A cidade de Boa Vista, Capital do Território, teve sua origem na fazenda de gado fundada em 1830 pelo Capitão Inácio Lopes de Magalhães e ainda hoje conserva o mesmo nome da antiga fazenda. A outra cidade roraimense, Caracará, foi implantada no local de um antigo curral de boi, do coronel Bento Brasil, destinado ao reembarque de gado para Manaus. As duas primeiras ligações por terra Manaus-Boa Vista não foram feitas para o tráfego de veículos, simplesmente porque em 1893 e 1927 ainda não os havia na região. As famosas picadas foram feitas para conduzir as boiadas daqui para lá. Uma das maiores festas populares de Boa Vista é a exposição de produtos econômicos do Território, onde o boi concentra as melhores atenções do povo, atraindo para a cidade o homem rural de todos os quadrantes da gleba (SOUZA, 1979, p. 29-30).

Como se pode observar, nessa construção discursiva, o gado deu origem a toda espacialidade regional ao produzir os principais “pontos de amarração” de suas memórias; a própria cidade de Boa Vista teria surgido a partir desse tipo de criação. A pecuária, como atividade principal, colocou a fazenda como lugar central para o acolhimento das memórias dessa cidade, revelando experiências de várias gerações que, conforme o autor, nela ancoraram suas lembranças.

E, para além da significação mais material e formal, do ponto de vista desse autor, o gado preencheu quase todos os aspectos da vida local. Não só levou indivíduos e famílias a se estabelecerem nesse espaço físico, como também estava associado a um sentimento de bem-estar, uma vez que o boi aparecia nos momentos mais felizes dos habitantes da região, por ocasião de suas principais festas e homenagens aos santos padroeiros.

Quanto ao segundo autor, uma característica de sua obra é a apresentação de tópicos curtos, com menos de meia página. Em uma sequência nas páginas 58 e 59 estão os seguintes tópicos: “A vocação para a pecuária”; “As primeiras famílias”; “Fundação de Boa Vista e a primeira fazenda”; e “Árvore genealógica de Inácio Lopes de Magalhães: inacianos de Roraima”. O primeiro ressalta o espaço físico que foi cenário das ações colonizadoras, mais especificamente os campos do rio Branco: “A notável pradaria de Roraima, a perder-se de vista, ditou, sem dúvida, a vocação pecuária regional [...]”. No segundo tópico, destacam-se os agentes da colonização, as famílias de “pioneiros” na região, começando pela do próprio autor:

Inácio, Domingos e Manoel Lopes de Magalhães; Bento Ferreira Marques Brasil, João Capistrano da Silva Mota e Alfredo Venâncio de Souza Cruz foram os pioneiros representantes das respectivas famílias a chegarem ao antigo município de Boa Vista do Rio Branco, ao tempo em que esta unidade pertencia ao Estado do Amazonas, constituindo-se, por isso, nos autênticos pioneiros da região (MAGALHÃES, 1986, p. 58).

Relacionados aí os “autênticos pioneiros da região”, o passo seguinte, no terceiro tópico, seria descrever o motivo da posição de destaque de tais personagens:

Graças à imensidão de seus campos naturais, onde bonitos buritizais serpenteiam nos diversos cursos d’água, que resistem, vigorosamente, aos períodos de verão, Roraima sempre foi um convite à pecuária. Face a esta particularidade, Inácio Lopes de Magalhães aqui fundou, em 1830, a primeira fazenda particular de gado bovino, denominada Boa Vista. Deve-se, portanto, a esse cearense, a designação de Boa Vista e, ao mesmo tempo, a criação da primeira fazenda particular, de vez que já existiam as três fazendas do Rei: São Marcos, São Bento e São José. (MAGALHÃES, 1986, p. 59).

Nessa citação, observam-se dois pontos de inflexão. O primeiro é que o mérito pela ocupação dos campos do rio Branco com gado bovino foi transferido de Lobo d’Almada, de Pereira Caldas e outros personagens do século XVIII para famílias pioneiras de meados do século XIX. Nesse caso, Inácio Lopes de Magalhães, à semelhança de Lobo d’Almada, pôs em prática seu plano de estabelecer fazenda de gado nos campos de Roraima, proporcionando a sua colonização, ao mesmo tempo em que o destacava como autêntico pioneiro.

Uma segunda inflexão está no fato de ações individuais, familiares e, portanto, de cunho privado ganhar conotação pública, se confundindo com uma construção coletiva na fundação da cidade de Boa Vista. Nessa perspectiva, a cidade já nascia particularizada, em um contexto revelado por memórias mesclando indivíduos, famílias e cidade em um mesmo

conjunto determinado pela pecuária, apresentando laços imaginários entre pessoas e sugerindo que tinham algo em comum, conforme Tomaz da Silva (SILVA, 2007).

Dessa maneira, a origem da cidade nesses relatos aparecia de forma muito natural, contrariando mais uma vez a proposta de Tomaz de Souza, pois não se percebia nenhum vetor de força e as relações de poder se harmonizavam perfeitamente no modelo social apresentado, contemplando todos os habitantes da região em um campo sem hierarquias e divergências. Entretanto, examinando com mais calma as narrativas dos memorialistas locais, percebe-se que, conforme o próprio Souza relatava: “Já existia, à época, um pequeno núcleo populacional onde, nos tempos primitivos, havia a aldeia dos índios Paraviana e hoje está a cidade de Boa Vista, Capital do Território de Roraima” (SOUZA, 1979, p. 30).

Poderia se perguntar, qual a importância da fazenda Boa Vista para a cidade de Boa Vista? Qual o mérito dos personagens que foram colocados como supostos fundadores da fazenda e por extensão da cidade? Observando Souza: “Esta denominação de Boa Vista foi dada por Inácio Lopes de Magalhães, então Oficial do Forte de São Joaquim, quando, por volta do ano de 1830, fundou, neste local, uma fazenda de gado com o nome de BOA VISTA. (SOUZA, 1979, p.30). Dessa forma, o mérito parece estar restrito ao nome “Boa Vista” dado à cidade, já que a denominação foi transferida da sua propriedade para a vila, de forma que a contribuição maior da fazenda e daqueles que a estabeleceram não se deu enquanto pioneiros no espaço onde está situada a cidade, uma vez que fica patente que, antes da fazenda, outros indivíduos já haviam se instalado ou ocupado esse local, pois, ainda que não haja registros da presença de outros colonizadores, a instalação indígena na região pode ser dada como certa.

Quando se procura destacar os pontos de amarração das memórias da cidade de Boa Vista, percebe-se que eles são semelhantes aos que deram apoio às memórias da região do rio Branco. Alterava-se a dimensão do espaço físico, pois em lugar de toda a região do rio Branco entrava em cena apenas a extensão relativa à cidade de Boa Vista; alteravam-se também os personagens, uma vez que, em vez dos agentes coloniais, surgiam as famílias de “pioneiros”. Contudo, permanecia inalterado o objetivo do processo: ocupar a região com a instalação de fazendas de gado, ponto igualmente importante para o acolhimento de memórias de ambos os empreendimentos.

Dessa forma, no reenquadramento das memórias que davam base à construção de uma identidade de pioneiros na década de 1980, ficava subentendido que tudo permanecia

inalterado: o “lugar” - os mesmos campos de Roraima; o “acontecimento” - a ocupação do espaço com a atividade da pecuária; e os personagens – os descendentes diretos dos colonizadores do século XVIII e, portanto, continuadores do mesmo processo de instalação da sociedade “civilizada” na região.

Considerações finais

Como se pode perceber, existe uma sequência cronológica no enredo, uma vez que “[...] essa tentativa de acesso a si mesmo obedece sempre a uma ‘teleologia linear’, transforma um passado feito de rupturas e discontinuidades em um traçado que religa o que estava separado” (CANDAU, 2011, p. 73). De maneira, que “todo aquele que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade” (CANDAU, 2011, p. 74).

Dando uma força quase institucional às memórias coletivas, a princípio, os pensadores³ não perceberam nelas “uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica”, uma vez que enfatizaram a coesão social pela adesão afetiva ao grupo, acentuando, assim, as funções positivas dessas memórias. Diante disso, em vez de tomar os fatos sociais como coisas, sugere-se pensar como se tornaram coisas, “como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLACK, 1988, p. 4).

Observar a construção da identidade local colocando em evidência, entre outras coisas, o processo de constituição da própria identidade e os agentes sociais diretamente envolvidos na sua construção e conservação, permite refletir sobre o seu processo de inclusão e exclusão e, com isso, compreender a posição reservada às “pessoas comuns”, uma vez que esses mecanismos intrínsecos à sua produção demarcam e revelam quem integrava ou não o seu quadro.

Pensa-se, dessa forma, na perspectiva de cultura política, enquanto um sistema de representações que propicia a compreensão dos sentidos que um grupo específico atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar (GOMES, 2007, p. 47-48), o que implica considerar que o grupo produz e é produzido ao mesmo tempo pelas práticas e valores com os quais se autoproduz e é reconhecido. Entretanto, este trabalho não envolve apenas esse grupo restrito, sujeito dessa ação, uma vez que este não é responsável só pela sua

3 Trata-se de uma observação feita por Michael Pollack sobre a concepção de memória coletiva de Émile Durkheim e de Maurice Halbwachs.

identidade, mas também pela forma como outros grupos ganham sentido nessa relação, haja visto que:

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normatização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normatizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas (SILVA, 2007, p. 83).

Portanto, pensar no conjunto de memórias selecionadas para a construção da identidade local é pensar no trabalho de enquadramento, fazendo surgir interrogações: como, por exemplo, quem seleciona tais memórias? Que lugares, personagens e objetos são lembrados? A que pessoas e grupos elas estão associadas? E, por fim, que habitantes de Boa Vista estavam incluídos em tal repertório?

Na atualidade, isso reforça a sugestão de se ampliar a noção de patrimônio histórico (NUNES, 2005, p. 26), com o objetivo de contemplar os segmentos populares, as consideradas “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1988), quase sempre condenadas a uma vida efêmera, uma vez que o desejo de progresso, o sonho do novo e do fantástico as predestinam à exclusão do campo das memórias, tornando-as algo que não se deseja lembrar.

Dessa forma, “Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica” (LE GOFF, 1994, p. 477). Entende-se que essa recomendação procede, como uma forma de alertar o pesquisador para o risco de trabalhar as memórias tendo como centro de articulação, implícita ou explícita, apenas a lógica que articulava a “ordem de lugar” (CERTEAU, 1994, p. 201), moderno, deixando-se levar por ela e perdendo muitas vezes a oportunidade de questionar essa seleção naquilo que esconde privilégios em favor de determinados grupos sociais.

Imagina-se que tomar as memórias como algo neutro para pensar as experiências das “pessoas comuns” numa sociedade com alto grau de desigualdades social seria aprisioná-las como “caças” no território do “predador”. Trata-se de uma armadilha, pois, mesmo pensando que os lugares não têm dono, as memórias parecem mais afinadas com o jogo de interesses de determinados grupos sociais, de forma que pensar uma identidade requer pensar naqueles que a viabilizam, que a exercitam, pois:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as

sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1994, p. 426).

Entende-se que, politicamente, os grupos trabalham e devem trabalhar suas memórias, mas estas devem ser compreendidas como construções, e não como algo natural, pois por trás de muitos discursos que expressam de forma explícita a ideia de uma sociedade democrática existe uma sociedade fortemente hierarquizada. Repensar a cidadania em uma sociedade como a brasileira, constituída por oligarquias, implica abrir espaço para a voz das “pessoas comuns”, o que requer deslocar o foco de atenção até esses indivíduos, para observar suas práticas e representações.

Referências

- BARROS, Nilson Cortez Crocia de. *Roraima: paisagens e tempo na Amazônia setentrional*. Recife: Editora Universitária, 1995.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 - Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHIRONE, Alberto (Coord.). *Noventa e dois dias: Reportagem de uma viagem aos Trópicos através da Guyana (Ex-Inglesa) e parte do Brasil (Roraima) feita por Evelyn Waugh em 1934*. Boa Vista: Centro de Informação da Diocese de Roraima - CIDR, jul./1986.
- CIDR - Centro de Informação da Diocese de Roraima. *Índios de Roraima: Makuxi, Taurepang, Ingarikó, Wapixana*. Boa Vista: Diocese de Roraima, 1989.
- DINIZ, Edson Soares. *Os índios makuxi do Roraima: sua instalação na sociedade nacional*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1972.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões, os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- FREITAS, Aimberê. *Geografia e história de Roraima*. Manaus: Editora Grafima, 1997.
- _____. *A história política e administrativa de Roraima de 1943 a 1985*. Manaus: Umberto Calderaro, 1993.
- GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Marta; SOIHET, Raquel e GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo geográfico do Território do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Conselho Nacional de Geografia, 1957.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.
- MAGALHÃES, Dorval de. *Roraima: informações históricas*. Rio de Janeiro, 1986.
- NUNES, José Walter. *Patrimônios Subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Annablume, 2005.

PEREIRA, Luciano. *O Rio Branco: observações de viagem*. Manaus: Imprensa Pública, 1917.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. 10 - Teoria e História. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. 3 - Memória. São Paulo, Vértice, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2007.

SILVA, Vandeilton Francisco da. *A festa de Nossa Senhora do Carmo em Boa Vista – Roraima: conflitos e disputas de poder 1892 – 1927*. Campina Grande: EDUFCEG, 2012.

SOUZA, Antônio Ferreira de. *Roraima: fatos e lendas*. Boa Vista: Gov. do T. F. de Roraima, 1979.

Periódico

Jornal Boa Vista. Boa Vista, 27 jul. 1974.